

A SUBJETIVIDADE DA CRIANÇA: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

THE SUBJECTIVITY OF THE CHILD: THE IMPORTANCE OF THE FAMILY AND THE SCHOOL

Alessandra dos Santos Pereira ¹

Ronaldo Rodrigues da Silva ²

Roseli Vieira Pires ³

Resumo: Diante da realidade social atual brasileira, a discussão sobre a importância e o papel da família e da escola para a formação da subjetividade da pessoa faz-se necessária, já que essas entidades sociais podem proporcionar às crianças a constituição de laços sociais que favorecem a construção de sua subjetividade por meio de experiências vivenciadas nesses espaços ao longo da vida. O presente estudo tem como objetivo investigar o papel da família e da escola na formação da subjetividade da criança, para tanto busca-se conceituar os termos subjetividade e laços sociais e refletir sobre a importância da família e o papel da escola com relação ao estreitamento dos laços sociais e a formação da subjetividade da criança. A metodologia utilizada na elaboração deste estudo é de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa. Como meio de busca optou-se pelos descritores: subjetividade, laços sociais, família e escola.

Palavras-chave: Subjetividade. Laços Sociais. Família. Escola.

Abstract: Given the current Brazilian social reality, the discussion about the importance and role of the family and school for the formation of the subjectivity of the person is necessary, since these social entities can provide children with the constitution of social bonds that favor the construction of their subjectivity through experiences experienced in these spaces throughout life. The present study aims to investigate the role of the family and the school in the formation of the subjectivity of the child, in order to conceptualize the terms subjectivity and social ties and reflect on the importance of the family and the role of the school in relation to the strengthening of social bonds and the formation of the subjectivity of the child. The methodology used in the preparation of this study is bibliographic in nature with a qualitative approach. As a means of search, we opted for the descriptors: subjectivity, social ties, Family and school.

Keywords: Subjectivity. Social Ties. Family. School.

-
- 1** Mestranda em Gestão, Educação e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Luziânia-GO, Brasil. Atualmente é professora da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8239794673880965>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2492-8255>. E-mail: alessandrasp27@gmail.com
 - 2** Doutor em Educação - EDUCATION - Wisconsin International University United State of America (EUA), Mestre em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (Brasil). É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Luziânia-GO (Brasil). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0703387284532701>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1509-1297>. E-mail: ronaldorsilva57@gmail.com
 - 3** Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Brasil), Mestre em Administração pela Faculdade Cnequista de Varginha-MG, (Brasil). É professora da Universidade Estadual de Goiás no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET), Luziânia-GO, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0226402686714411>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-0436>. E-mail: roselievieirapires@gmail.com

Introdução

“A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas” (DESSEN e POLONIA, 2007, p.29). Diante dessa afirmação e da realidade social atual no Brasil, a discussão sobre a importância e o papel da família e da escola para a formação da subjetividade da pessoa faz-se necessária, devido a consciência de que essas entidades podem proporcionar às crianças a constituição de laços sociais que favorecem a construção de sua subjetividade ao longo do tempo, por meio de vivências, experiências, brincadeiras, jogos, troca de conhecimentos e diversos outros fatores.

De acordo com González Rey e Patiño (2017, p.123), a subjetividade pode ser concebida como “Uma forma complexa em que o psíquico humano se dá no desenvolvimento de pessoas e de todos os processos humanos”. Assim sendo, para que esse desenvolvimento seja efetivado de forma positiva, é de suma importância considerar o papel da família e da escola, já que, de acordo com Dessen e Polonia (2007), essas instituições são consideradas fundamentais para o desenvolvimento dos processos evolutivos das pessoas, atuando como impulsionadoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. A família, entidade social considerada fundamental para o acolhimento, cuidado e desenvolvimento do ser humano, e, a escola, ambiente que tem o papel de proporcionar socialização, estímulos e conhecimentos aos estudantes de forma significativa, tendo como suporte a construção dos laços sociais, são considerados essenciais para a formação da subjetividade da pessoa.

Diante do exposto, o presente estudo busca responder ao questionamento de qual o papel da família e da escola na formação dos laços sociais e da subjetividade da criança desde o nascimento, tendo como objetivo geral investigar o papel dessas duas entidades: família e escola, na formação da subjetividade da criança. A princípio pretende-se conceituar os termos subjetividade e laços sociais, para que haja uma contextualização de cada um deles com a atualidade; em seguida, discutir-se-á sobre a importância da família para a formação dos laços sociais e da subjetividade da criança; e por fim, buscar-se-á uma reflexão sobre o papel e os desafios da escola com relação ao estreitamento de laços sociais e a formação da subjetividade das crianças.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o presente estudo terá uma abordagem qualitativa que segundo González Rey (2017), este tipo de abordagem considera a subjetividade das relações e as singularidades dos processos, e tem-se ainda que “Por meio da pesquisa qualitativa, busca-se compreender a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos” (BRITO, OLIVEIRA, SILVA, 2021, p.3). Com a pesquisa de caráter qualitativo, pretende-se estudar “[...] o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações” (MINAYO, 1994, p. 15).

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa possui natureza bibliográfica, haja vista que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado” (GIL, 2002, p. 44). Além disso, considera-se que:

A importância da pesquisa bibliográfica está relacionada ao fato de se buscar novas descobertas a partir de conhecimentos já elaborados e produzidos. Isso se dá ao passo que a pesquisa bibliográfica se coloca como impulsionadora do aprendizado, do amadurecimento, levando em conta em suas dimensões os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento (BRITO, OLIVEIRA, SILVA, 2021, p.8).

Assim sendo, buscar-se-á reunir apontamentos de diversos autores que debruçam sobre a temática proposta, a fim de refletir sobre o papel da família e da escola na formação da subjetividade das crianças desde a mais tenra idade, levando-se em conta os desafios que a atualidade impõe tanto no contexto familiar quanto no escolar para que a criança possa crescer e se desenvolver em ambientes saudáveis, produtivos e essenciais para sua formação enquanto ser humano.

Conceituando subjetividade e laços sociais

Para refletir sobre subjetividade é necessário compreender que para destacar este conceito é preciso que exista um sujeito, um ser que possui suas individualidades, seus costumes, que traz consigo suas experiências, seu modo de ver, interpretar e compreender o mundo. Dentro do campo da psicologia, Gonzalez Rey e Patiño faz a seguinte definição acerca do termo subjetividade:

Uma forma complexa como o psíquico humano se dá no desenvolvimento de pessoas e de todos os processos humanos. Ao contrário do subjetivismo, a subjetividade nos permite uma concepção de mente inseparável da história, cultura e contextos atuais da vida social humana. A subjetividade emerge quando a emoção se torna sensível aos registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não simplesmente adaptação a ela (2017, p. 123).¹

Diante disso, pode-se conceber a subjetividade de uma pessoa a partir de suas vivências, do ambiente histórico e cultural em que ela esteve e/ou está inserida, e, da forma individual como a pessoa utiliza tudo isso para enxergar o mundo e se posicionar diante das diversas situações que a vida impõe, pois entende-se que cada pessoa é única e que traz consigo sua individualidade, que é construída de acordo com as experiências de vida. A esse respeito, acredita-se que:

Os sentidos subjetivos emergem no curso da experiência, definindo o que a pessoa sente e gera nesse processo, definindo a natureza subjetiva das experiências humanas. Esse novo tipo de processo emerge na vida social e culturalmente organizada, permitindo a integração do passado e do futuro como qualidade inseparável da produção subjetiva atual (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 63).

Retomando o termo sujeito, Maheirie (2002), ressalta que quando há necessidade de se falar do homem singularmente, numa perspectiva da psicologia crítica, percebe-se uma certa dificuldade em conceituar e descrever o processo de constituição daquilo que o faz este sujeito e não outro e que independentemente de qual conceito possa ser utilizado, é importante entender que ele trará implícita ou explicitamente uma ontologia que a sustenta. Concluindo que “[...] toda teoria traz uma concepção do ser em geral (homem e coisas), que serve de horizonte para fundamentação e desenvolvimento de uma concepção do que seja o homem” (MAHEIRIE, 2002, p.32).

A partir dessa reflexão, pode-se observar o quanto é complexo analisar e conceituar o termo sujeito de forma singular/individual, visto que de uma maneira geral pode até parecer mais fácil, porém quando pretende-se falar da subjetividade do ser humano, tudo se torna mais complexo, justamente porque cada ser humano traz consigo uma maneira única de ser, de estar e de agir diante das diversas situações impostas durante a vida, que faz com que o ser humano seja considerado um ser inacabado, isto é, em constante construção. A esse respeito Morin (2005, p. 66), afirma que “Ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente. É ser alguém provisório, vacilante, incerto [...]”.

Nessa perspectiva, Mitjans Martinez e González Rey (2017, p.53), refere-se à subjetividade como a “[...] compreensão do psicológico humano, não pela fragmentação, ou por processos simples, mas como configuração de sentidos subjetivos que apontam a complexidade pelo seu caráter multidimensional, recursivo, contraditório e imprevisível”, referindo-se ao ato de compreender o sujeito como um ser complexo com todas as suas particularidades, contradições, escolhas e diferentes modos de ser. González Rey e Mitjans Martínez conceituam subjetividade da seguinte forma:

1 Tradução realizada pelos autores. O texto original está em espanhol.

[...] um sistema simbólico emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura, da qual a própria subjetividade é condição de seu desenvolvimento e dentro da qual tem as sua própria gênese, socialmente institucionalizada e historicamente situada (2017, p. 27).

A subjetividade, de acordo com as reflexões propostas até aqui, é “construída” no psíquico da pessoa desde o nascimento e uma das ações, dentre outras, que se pode considerar é a formação da subjetividade através dos laços sociais que o sujeito constrói de acordo com as experiências pelas quais ele passa no decorrer de sua vida. Esses laços sociais são muito importantes, já que ajudam o indivíduo a perceber a necessidade de se viver em sociedade e aprender e constituir-se como ser individual e único e ao mesmo tempo, coletivo e múltiplo.

O conceito de laço social, de acordo com Recuero (2009), remete à ideia de interação social, podendo ser constituído a partir dessas interações e relações, sendo também denominado de laço interacional. Assim sendo, é importante refletir que a comunicação e a interação são importantes subsídios para a constituição de laços sociais, já que são instrumentos que ajudam a fortalecer os vínculos sociais. Nessa perspectiva Recuero (2010), afirma que os laços sociais podem ser definidos como conexões que unem os indivíduos em uma determinada sociedade. Ressaltando que os laços sociais são constituídos por interações, comunicações e ações no espaço social e que com o passar do tempo, essas interações poderão se transformar em amizades. Cabe destacar que para a formação de laços sociais, é necessário que os ambientes em que eles se constituem, sejam saudáveis, a fim de que esses vínculos possam refletir de maneira positiva na vida das pessoas durante o seu desenvolvimento e construção de sua personalidade.

Assim sendo, o presente estudo trará a reflexão sobre dois espaços que possuem um potencial incontestável para proporcionar ao indivíduo, desde o nascimento, vivências necessárias para o fortalecimento dos vínculos sociais, quais sejam a família, local que tem a missão de acolher, cuidar e educar a criança desde o nascimento; e a escola, ambiente repleto de diversidade e aprendizagens, local ideal para aprender e colocar em prática a capacidade de conviver coletivamente com muitas pessoas ao mesmo tempo.

Além disso, um ponto que merece destaque refere-se à maneira como a globalização e as novas tecnologias estão avançando, principalmente nas últimas décadas, e, conseqüentemente, modificando a maneira de relacionar-se das pessoas de todas as idades, credos e classes sociais. Diante disso, há a necessidade de que tanto as famílias quanto as escolas permaneçam atentas no sentido de cuidar para que os laços sociais sejam constituídos da maneira mais saudável possível, já que a constituição dos laços sociais ajuda na formação da subjetividade das pessoas, contribuindo para que o indivíduo consiga participar da sociedade em que vive de maneira efetiva e autônoma.

A importância da família para a formação dos laços sociais e da subjetividade da criança

A família pode ser considerada uma das mais antigas instituições sociais da história, já que o sentimento de segurança, proteção e amor uns com os outros fizeram com que as pessoas se agrupassem, podendo ser concebida como um agrupamento de pessoas que se unem por fazer parte do mesmo grupo consanguíneo e/ou por afinidade ou afetividade. Contudo, o conceito de família vem mudando no decorrer dos anos. Antigamente, concebia-se família como a união matrimonial de um homem e de uma mulher e seus filhos, consolidando assim, o conceito de família tradicional, que, segundo Vitorello (2011), surgiu na modernidade e era comandada pela autoridade do pai, figura patriarcal, cujo objetivo era a transmissão patrimonial.

Com o passar do tempo, os tipos e as configurações de família foram se modificando e, atualmente, “As novas e múltiplas configurações da família ocidental evidenciam as mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher na vida social, assim como a nova realidade nas relações entre os sexos.” (VITORELLO, 2011, p. 13). Diante dessa afirmação, pode-se observar que aquela visão em que o pai era visto como o chefe da família, deu lugar a uma nova realidade, em que as

mulheres também ocupam lugar central nesse contexto, podendo-se observar que, muitas delas, são as principais e/ou únicas responsáveis por sustentar e educar os filhos. Além disso, um outro ponto positivo que pode ser evidenciado com a realidade das famílias contemporâneas é a busca pelo diálogo como meio de fortalecer o vínculo afetivo entre seus membros.

Vale ressaltar que atualmente, existem, vários tipos de famílias, com as mais diversas composições, visando dar conta segundo Menezes (2022), da complexidade dos fatores que unem as pessoas, são elas: a família nuclear, composta pelos pais e seus filhos; a família extensa ou alargada, sendo formada, além dos pertencentes à nuclear, por outros parentes, tais como: avós, tios, primos, entre outros; a família matrimonial, constituída a partir do matrimônio, compreendendo os casamentos civis e religiosos, podendo ser hétero ou homoafetivo; a família informal, formada a partir da união estável entre seus componentes; as famílias monoparentais são formadas pelo/a filho/a e apenas um de seus pais; a família reconstituída é formada quando pelo menos um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior; a família anaparental são aquelas que não possuem a figura dos pais, onde os irmãos são responsáveis uns pelos outros; e as famílias unipessoais, trata-se de pessoas que vivem sozinhas (MENEZES, 2022).

Independentemente do tipo de família, é imprescindível reconhecer a importância que essa instituição social tem na formação e no desenvolvimento da pessoa, pois além de ser responsável por educar e cuidar das crianças, acredita-se que:

Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa (DESSEN ; POLONIA, 2007 p. 24).

E para formar esses laços afetivos, é necessário que a família, inobstante a sua configuração, proporcione um ambiente acolhedor, que estimule a criança a desenvolver-se da forma mais assertiva possível, visando construir laços sociais saudáveis e sua subjetividade de maneira construtiva e crítica.

No que se refere à responsabilidade da família com relação à educação, a Constituição Federal, em seu Art. 205 defende que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Diante disso, pode-se inferir que a família é considerada, juntamente com o Estado, uma das principais responsáveis em proporcionar oportunidades educativas para que a criança possa desenvolver-se e preparar-se para atuar na sociedade de forma construtiva, tendo consciência de que é um ser único e ao mesmo tempo, coletivo. Ou seja, uma pessoa que utiliza sua subjetividade para participar de forma consciente e crítica na sociedade.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente esclarece, no Art. 19 que “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990). Reafirmando o que reza a Carta Magna e reconhecendo o direito da criança de crescer no seio de uma família, que assegure a ela um ambiente propício ao seu desenvolvimento integral.

É importante ressaltar que o desenvolvimento integral da criança diz respeito ao emocional, ao motor, ao cognitivo, ao moral, ao espiritual, ao social, entre outros, visando sempre a proteção dos pequenos. Para tanto, a convivência com seus pares dentro de um contexto familiar é de suma importância, pois é com essa família que a criança vai aprender a conviver com o outro, mas sem deixar de ser ela mesma, vai aprender valores extremamente relevantes para a construção de sua personalidade, e, conseqüentemente de sua subjetividade, tais como: honestidade, responsabilidade, humildade, cortesia, solidariedade, tolerância às diferenças, limites, perseverança, empatia, entre outros. Valores esses que ajudam a desencadear na criança processos que a fazem evoluir no seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social. Em contrapartida, se a família não proporcionar um ambiente saudável, a criança poderá deixar de aprender valores primordiais para o estabelecimento de laços sociais, e, assim, deixar de desenvolver-se de forma integral.

Ademais, Vygotsky (1928) afirma que no processo de desenvolvimento da criança, além

de dominar os conteúdos da experiência cultural, ela também aprende os hábitos e as formas do comportamento cultural. Assim sendo, infere-se que as crianças aprendem também através da observação do comportamento das pessoas com as quais existe uma convivência, além dos conhecimentos explícitos, aprendem também os implícitos, podendo falar em aprendizagem através do currículo oculto, que, segundo Silva (2003, p. 78) “[...] é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”. Ou seja, é essencial que os adultos se atentem para uma reflexão de suas atitudes no dia a dia, principalmente perante as crianças, visto que elas estão sempre observando e aprendendo algo, criando laços e formando sua subjetividade. Portanto, há o reconhecimento de que:

A família também é a responsável pela transmissão de valores culturais de uma geração para outra. Essa transmissão de conhecimentos e significados possibilita o compartilhar de regras, valores, sonhos, perspectivas e padrões de relacionamentos, bem como a valorização do potencial dos seus membros e de suas habilidades em acumular, ampliar e diversificar as experiências (DESSEN ; POLONIA, 2007, p. 24).

Diante da discussão sobre a importância da família para a formação de laços sociais e a construção da subjetividade da criança, percebe-se que essa instituição social é uma das mais, se não a mais importante de todas. Porém, há necessidade de outras instituições da sociedade, como a escola, que possui a capacidade de expandir e proporcionar o estreitamento de laços sociais e afetivos, contribuindo assim, para a formação da subjetividade da pessoa, num ambiente coletivo, repleto de intencionalidade, mas que requer uma compreensão do ser humano e de si mesmo como sujeito dono de uma personalidade e individualidade única, a fim de buscar desenvolver-se de forma plena.

Os desafios da escola para o estreitamento dos laços sociais e a formação da subjetividade da criança

A escola pode ser considerada como uma das principais instituições sociais, já que o ambiente escolar é dotado de uma diversidade que contribui substancialmente para a construção de laços sociais, e, conseqüentemente, para a formação da subjetividade das pessoas. Neste contexto, Silva e Ferreira afirmam que: “Entende-se que a escola é um espaço onde os indivíduos começam a ter as relações para além da família, ou seja, passa a conviver com pessoas de diferentes raças, cor, etnia, religião, cultura” (2014, p. 7), podendo ser considerada um local em que os laços sociais acontecem de maneira efetiva em meio às diferenças e se expandem em meio a coletividade.

Essa diversidade proporcionada pela escola é extremamente importante e necessária para o desenvolvimento social do ser humano, visto que este aprende a lidar com as diferenças e a respeitar a si mesmo e ao outro. Além disso, considera-se a escola como:

[...] uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar (SILVA E FERREIRA, 2014, p. 7).

A partir desta percepção, pode-se constatar que a escola, depois do ambiente familiar, pode ser concebida como um local ideal para proporcionar a interação social entre as pessoas que nela se encontram a fim de realizar atividades sistematizadas para desenvolver-se de forma integral, independentemente de suas diferenças. Desse modo, Libâneo, Oliveira e Toschi fazem a seguinte afirmação:

A instituição escolar caracteriza-se por ser um sistema de relações humanas e sociais com fortes características interativas, que a diferenciam das empresas convencionais. Assim, a organização escolar define-se como unidade social que reúne pessoas que interagem entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios, a fim de alcançar objetivos educacionais (2012, p. 437).

E esses objetivos educacionais vão além dos conteúdos sistematizados construídos historicamente pela humanidade, eles podem e devem incluir o ensino de questões relativas a toda a complexidade educativa e social que envolvem a vida da criança e seu processo de escolarização e socialização, ou seja, conteúdos que estejam relacionados e contextualizados com aquilo que contribuirá para desenvolver não somente o cognitivo, o intelectual, mas também o sensorial, o emocional, o motor, que, por conseguinte, influenciarão a maneira de socializar-se do estudante, fazendo com que a criança se desenvolva da melhor maneira possível em todas as áreas de sua vida e construa sua subjetividade com a contribuição de todos os aspectos positivos desenvolvidos através dos laços sociais constituídos no ambiente escolar.

Libâneo (2007) discorre sobre três objetivos da escola, sendo que o primeiro diz respeito à preparação para o processo produtivo e para a vida, significando que a escola deve preparar a pessoa tanto para a vida quanto para o mundo do trabalho; o segundo, fala sobre a necessidade de formar os estudantes para a cidadania crítica e participativa, ou seja, formar pessoas críticas, que saibam quais são seus direitos e deveres enquanto cidadãos pertencentes a uma determinada sociedade, e que saibam participar e contribuir positivamente para a transformação da sociedade a qual pertence; e, o terceiro, que visa a formação ética da pessoa, um valor que compreende os conceitos morais, tão importantes na construção de laços sociais e para a formação da subjetividade da pessoa. Esses objetivos são essenciais para a formação integral do estudante, ultrapassando o ensino de conteúdos sistematizados e buscando alcançar a criança ou jovem em todos os aspectos de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, no Brasil, algumas leis versam sobre o direito à educação, isto é, o direito da criança de receber educação de qualidade, entre elas, destaca-se a CF - Constituição Federal de 1988, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/1996) e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8069/90), que versam sobre a prioridade do acesso e da permanência do estudante na escola, a socialização e a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho.

A Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 205, afirma o direito à educação quando diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Na mesma linha, a LDB, em seu Art. 2º afirma que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

E, por fim, o ECA, que engajado no mesmo direcionamento, reafirma o direito da criança e do adolescente à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para exercitar a cidadania e a qualificação para o trabalho, assegurando-lhes a igualdade de condições ao acesso e permanência na escola e o direito aos estudantes às seguintes questões: o direito de serem respeitados por seus educadores, de contestar critérios avaliativos, de organização e participação de entidades estudantis e do acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990).

Diante dessa leitura, pode-se concluir que todas essas leis seguem com um mesmo ideal e possuem os mesmos objetivos, que são de formar cidadãos conscientes para atuar na sociedade em que vivem de uma forma plena, exercendo sua cidadania, sendo inseridos de uma forma justa no mundo do trabalho.

Diante do exposto, faz-se necessário refletir sobre o papel da escola para a formação da

subjetividade da pessoa, através da construção de laços sociais que favoreçam uma atuação crítica e efetiva em meio às situações diversas que a aprendizagem e a convivência com o outro proporcionam dentro do espaço escolar, visto que percebe-se que a escola tem como um de seus principais papéis ensinar os conteúdos construídos no decorrer dos tempos pelos seres humanos, entretanto não tem a obrigação de cumprir esse papel de forma “engessada”, pelo contrário, o espaço escolar pode ir além de ensinar conteúdos impostos e descontextualizados da realidade dos alunos, podendo fazer com que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado de uma maneira prazerosa, produtiva e contextualizada com a realidade da sociedade atual. Em vista disso, Dessen e Polonia explicam que:

[...] a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto (2007, p. 26).

Ensinar as atividades formais é essencial para o desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança. “Ao desenvolver, por meio de atividades sistemáticas, a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, ela possibilita a apropriação da experiência acumulada e as formas de pensar, agir e interagir no mundo, oriundas dessas experiências.” (DESSEN ; POLONIA, 2007 p. 25). No entanto, o papel da escola deve ir além disso, a escola deve contribuir para a formação integral do aluno, ou seja, deve planejar suas atividades de forma a buscar a socialização, a motricidade, além do cognitivo. Assim sendo, a escola tem o poder de contribuir com a construção de laços sociais positivos para que o ser humano possa atuar na sociedade em que vive de uma forma efetivamente construtiva.

Para tanto, tem-se consciência dos desafios que a escola enfrenta para buscar o desenvolvimento integral dos estudantes, já que existem diversos obstáculos que dificultam o processo. Dentre eles, destaca-se a dificuldade de parceria entre a família e a escola, a falta de investimento e de estrutura física das escolas, principalmente das escolas públicas, e a desmotivação dos profissionais de educação e de estudantes.

Com relação à parceria entre a família e a escola, percebe-se que quando existe essa parceria, a criança consegue estabelecer uma segurança e uma melhor consciência de seus princípios, de quem ela é e de qual o seu papel na sociedade. Mas, infelizmente, esse é um dos maiores desafios impostos ao desenvolvimento integral das crianças, haja vista que a maioria das relações entre escola e família não cumprem os objetivos que lhes são cabíveis, transferindo de uma para outra, as suas próprias responsabilidades educativas. Essa dificuldade é relatada por Dessen e Polonia, que afirmam o seguinte:

Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN ; POLONIA, 2007, p. 25).

No que diz respeito a falta de investimentos e de estrutura física de algumas escolas, principalmente nas públicas, nota-se o descaso por parte das autoridades responsáveis em oferecer um espaço escolar que atenda às necessidades dos estudantes brasileiros, já que é comum encontrar escolas sucateadas, falta de materiais didáticos essenciais para realização de atividades, turmas superlotadas com salas de aulas sem ventilação, entre outras questões que merecem ser repensadas e reorganizadas a fim de que as crianças possam se sentir confortáveis para desenvolver-se de forma integral.

Já no que tange à desmotivação dos profissionais de educação e nos estudantes, somando-se ao que foi mencionado anteriormente, é perceptível a falta de formação e de investimento para com esses profissionais e a desvalorização profissional por parte do governo e de grande parte da sociedade. Com relação aos estudantes, a desmotivação acaba gerando a evasão escolar por

variados motivos, mas principalmente por problemas sociais.

Além disso, observa-se algumas necessidades sociais dentro do espaço escolar que interferem negativamente no processo educativo e que se tornam cada vez mais um dos principais desafios dentro das escolas brasileiras, algumas delas são o preconceito, a intolerância, a indisciplina, a violência escolar, o bullying, entre outras. Consonantemente, Silva e Ferreira (2014, p. 7) observam que:

A escola por receber uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas traz consigo uma gama de demandas também, que apresenta como empecilho para o desenvolvimento da criança e para o desenvolvimento do trabalho do profissional de educação, por ter que atuar muitas vezes fora do contexto da sua formação.

Entretanto, a escola não pode deixar de enfrentar esses desafios, pois seu papel vai além de ensinar conteúdos, requer uma sensibilidade para construir um conhecimento contextualizado e transdisciplinar que possa contribuir de alguma forma na resolução desses problemas sociais, que acabam por interferir diretamente no processo de ensino-aprendizagem do estudante em todos os anos e etapas de ensino.

Cabe ressaltar, ainda, que a escola, mesmo diante de todos os desafios impostos, uns menos e outros mais difíceis de contornar, é uma instituição social de suma importância para a construção de laços sociais que contribuirão para formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres em prol de uma verdadeira mudança de paradigma que transforme positivamente a sociedade em que se vive. A construção de laços sociais no ambiente escolar poderá transformar legitimamente a sociedade, desde que esta, reconheça a importância do ambiente escolar e do seio familiar como principais agentes de formação de subjetividade e de personalidade da sociedade atual.

Um ponto essencial para reflexão sobre como a escola pode contribuir para as aprendizagens e ao mesmo tempo trabalhar no sentido de construir e/ou melhorar os laços sociais e afetivos dos estudantes, é proporcionar experiências de aprendizagens sobre a realidade da sociedade atual através do lúdico, pois, de acordo com Borba (2007, p. 41), “Brincar com o outro, portanto, é uma experiência de cultura e complexo processo interativo e reflexivo que envolve a construção de habilidades, conhecimentos e valores sobre o mundo”. Sendo importante pontuar que a ludicidade é indispensável em todas as etapas educacionais, visto que ajuda a envolver a criança ou jovem com o contexto da atividade realizada.

A esse respeito, Sommerhalder e Alves (2011, p. 29), afirmam que “A perspectiva educativa retratada representa um sentido ampliado, para além da transmissão de um conjunto de saberes escolares. É educar para a vida [...]”, reafirmando a necessidade de ultrapassar os limites da mera transmissão de conteúdos de forma sistematizada, contribuindo para que as aprendizagens aconteçam de uma forma mais contextualizada e atrativa. Dessa forma, os estudantes constroem sua subjetividade, e, juntamente com ela, conseguem estabelecer e desenvolver pontos positivos de suas personalidades, como a empatia, a colaboração, a competição, a liderança, a autoestima, entre outros.

Considerações Finais

Em meio à contemporaneidade, o desenvolvimento tecnológico e a globalização estão tomando um espaço cada vez maior na vida das pessoas. As informações e o conhecimento estão disponíveis de uma forma cada vez mais ampla e numa velocidade bem maior que em décadas anteriores. Diante dessa realidade e em meio a toda essa transformação tecnológica, que acaba por influenciar nas questões sociais, econômicas e psicológicas da sociedade, surge o questionamento de como estão acontecendo os laços sociais e a formação da subjetividade das crianças e quais entidades são responsáveis por contribuir nesta missão tão essencial, de formar pessoas conscientes do seu papel no mundo, que consigam refletir e agir, reconhecendo a importância de si e do outro

como sujeitos pensantes e importantes para a construção de uma sociedade mais humana e justa, que saiba enxergar a complexidade que é ser sujeito pensante numa sociedade que se faz parte e ao mesmo tempo atua nela para melhorá-la cada vez mais.

Diante disso, considera-se a família e a escola como entidades sociais essenciais para o desenvolvimento integral da criança, e, por conseguinte, da construção de laços sociais e formação da subjetividade da pessoa. Para tanto, há necessidade de um estreitamento dos laços entre a família e a escola, por serem consideradas duas das mais importantes instituições sociais que favorecem a educação integral da pessoa.

Diante dessas premissas, pode-se afirmar que a partir do momento em que as famílias, as escolas e a sociedade conseguirem cumprir com seus deveres e objetivos, a educação será efetivada de uma forma mais justa, trazendo benefícios principalmente para as classes mais abastadas, já que a formação escolar e a familiar são essenciais para a construção de laços sociais e para a formação da subjetividade, e, quando essas duas entidades funcionam de uma maneira eficiente e eficaz, a sociedade poderá ser transformada positivamente.

Em suma, nas últimas décadas, tanto a família quanto a escola vêm passando por diversas transformações em seu contexto educativo. Porém, esse processo de mudança avança numa velocidade muito aquém das atuais necessidades do contexto escolar, que convive com o desenvolvimento tecnológico e a globalização, que alcançam as pessoas de todas as idades, credos ou classes sociais, numa velocidade muito superior à educação tradicional proporcionada pela família e pela escola. Cabendo a essas instituições o desafio de juntas, buscar meios de cumprir com seu papel, que é indispensável, aprendendo a lidar, contornar esses desafios e, aprender a superá-los, aprendendo a utilizar as novas tecnologias e todo esse progresso a favor da construção de uma educação de qualidade.

Referências

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como modo de ser e estar no mundo. *In*: BRASIL. **Ensino Fundamental de 9 anos**: orientações para a inclusão de crianças com seis anos de idade. 2. ed. Brasília, 2007. p. 33-45.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2020]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 12 abr. 2022.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.1-15/2021.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Família e Escola: **revista Paidéia da USP**. Ribeirão Preto, RJ, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. Psicologia da Educação. **Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação**. ISSN 2175-3520, n. 13, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando; PATIÑO, José Fernando. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad em una perspectiva cultural-histórica. Conversación com Fernando González Rey. **Revista de Estudos Sociais**, 60, 120- 128. Abr. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/736?lang=pt> Acesso em: 3 abr. 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTINEZ, Albertina. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. Cortez, São Paulo, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade Interações**, vol. VII, núm. 13, jan-jun, 2002, pp. 31-44 Universidade São Marcos São Paulo, Brasil.

MENEZES, Pedro. Família: conceito, evolução e tipos. **Toda matéria**: sociologia. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/familia-conceito-tipos/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-29.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica**. São Paulo: Cortez, 2017.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. Redes sociais e sites de relacionamento: em busca de comunidades. **Revista Com Ciência**: revista eletrônica de jornalismo científico. Campinas, RJ. 2010. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=59&id=745&print=true>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Luiz Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e Docência**, vol. 5, nº 2, p. 6 – 23, 2014.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e Educação da Infância: muito prazer em aprender**. Curitiba: CRV, 2011.

VITORELLO. Márcia Aparecida. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato amor? **Psic. da Ed.**, São Paulo, 32, 1º sem. de 2011, pp. 7-24.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch . (1998). **El desarrollo cultural del niño y otros textos ineditos**. Buenos Aires: Almagestos. (Original publicado em 1928).

Recebido em 27 de abril de 2022.

Aceito em 29 de julho de 2022.